

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 26/05/2021 à 31/07/2021	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/07/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.438.395
Preferenciais	358.920.470
Total	415.358.865
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/07/2021
1	Ativo Total	5.616.595
1.01	Ativo Circulante	5.569.201
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	149.552
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.396.263
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.396.263
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	5.396.263
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.386
1.01.08.03	Outros	23.386
1.01.08.03.05	Outros Créditos	23.386
1.02	Ativo Não Circulante	47.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	47.394
1.02.01.07	Tributos Diferidos	816
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	816
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	46.578
1.02.01.10.07	Outros Créditos	46.578

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/07/2021
2	Passivo Total	5.616.595
2.01	Passivo Circulante	57.543
2.01.02	Fornecedores	57.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	14
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	14
2.02	Passivo Não Circulante	3.168.091
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.168.091
2.02.01.02	Debêntures	3.168.091
2.03	Patrimônio Líquido	2.390.961
2.03.01	Capital Social Realizado	2.392.543
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.582

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 26/05/2021 à 31/07/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.711
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.711
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.711
3.06	Resultado Financeiro	313
3.06.01	Receitas Financeiras	328
3.06.02	Despesas Financeiras	-15
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.398
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	816
3.08.02	Diferido	816
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.582
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.582
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	-0,14446
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	
3.99.02.01	ON	-0,14446

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 26/05/2021 à 31/07/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.582
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 26/05/2021 à 31/07/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.147
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.726
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	-2.398
6.01.01.02	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-328
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.421
6.01.02.01	Outros Créditos	-69.964
6.01.02.02	Fornecedores e Empreiteiros	57.529
6.01.02.03	Obrigações Fiscais	14
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.395.935
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas	-5.395.935
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.560.634
6.03.01	Debêntures Captadas	3.200.000
6.03.02	Custo na Emissão de Debêntures	-31.909
6.03.03	Aumento de Capital Social	2.392.543
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149.552
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	149.552

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 26/05/2021 à 31/07/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.392.543	0	0	0	0	2.392.543
5.04.01	Aumentos de Capital	2.392.543	0	0	0	0	2.392.543
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.582	0	-1.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.582	0	-1.582
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.392.543	0	0	-1.582	0	2.390.961

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 26/05/2021 à 31/07/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.483
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.483
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.483
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.483
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	328
7.06.02	Receitas Financeiras	328
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.155
7.08.01	Pessoal	915
7.08.01.01	Remuneração Direta	772
7.08.01.02	Benefícios	89
7.08.01.03	F.G.T.S.	54
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-604
7.08.02.01	Federais	-615
7.08.02.03	Municipais	11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116
7.08.03.02	Aluguéis	116
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.582
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.582

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com captação e aportes totalizando R\$ 5,5 bilhões, Companhia se prepara o início das operações

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2021. A SPE Saneamento RIO 1 S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Águas do Rio 1"), presente na cidade e estado do Rio de Janeiro, anuncia o seu primeiro Relatório da Administração, elaborado com base nas Demonstrações Financeiras preparadas para fins de obtenção de registro de Companhia Aberta categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com data-base em 31 de julho de 2021. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques

- **Aportes de R\$ 2,4 bilhões** realizado pelos acionistas Aegea, Grupo Equipav, GIC (Fundo Soberano de Singapura) e Itaúsa;

Abaixo a composição acionária da Companhia:



- **Captação R\$ 3,2 bilhões** na primeira emissão de debêntures da Companhia, com vencimento em novembro de 2023;
- **Assinatura do contrato de concessão** com o Estado do Rio de Janeiro, em 11 de agosto;
- **Início das operações assistidas**, também em agosto, ato seguinte à assinatura do contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

A Águas do Rio SPE 1 é uma empresa do Grupo Aegea, criado em 2010 e líder em saneamento privado no Brasil. A Companhia foi constituída para operar a área de concessão do bloco 1 da licitação promovida pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - Cedae, realizado em 30 de abril de 2021 e que teve o consórcio Aegea, formado pelos acionistas da Companhia Aegea, na condição de líder do consórcio, o Grupo Equipav, o GIC (Fundo Soberano de Singapura) e a Itaúsa como vencedor após oferta de R\$ 8,2 bilhões a título de outorga. O Grupo Aegea, incluindo as operações da Companhia e da coligada Águas do Rio 4, que irá operar a área de concessão do bloco 4 da Cedae, passará a atender mais de 21 milhões de pessoas em 153 municípios brasileiros.

A Companhia tem como missão garantir o fornecimento regular de água, tratar 100% do esgoto coletado, contribuir para a recuperação ambiental, incluindo a Baía de Guanabara e Rio Guandu, e levar mais saúde e dignidade para a população carioca e fluminense. A nossa área de concessão abrange os bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro e 19 municípios fluminenses (Aperibé, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Cantagalo, Casimiro de Abreu, Cordeiro, Duas Barras, Itaboraí, Itaocara, Magé, Maricá, Miracema, Rio Bonito, São Francisco de Itabapoana, São Gonçalo, São Sebastião do Alto,

Saquarema e Tanguá), somando uma população de 2,9 milhões de pessoas.

Em 11 de agosto de 2021, assinamos o contrato de concessão com a Cedae e pagamos a primeira parcela, ou 65%, o valor da Outorga, no montante de R\$ 5,3 bilhões. A segunda parcela da outorga, correspondente a 15% do valor total, ou R\$ 1,2 bilhão, será paga até dois dias úteis após a emissão do Termo de Transferência do sistema e/ou início da operação do sistema pela Companhia, o que ocorrer primeiro. A terceira e última parcela, correspondente a 20% do valor total da outorga ou R\$ 1,6 bilhão, será paga até o último dia do terceiro ano de vigência do contrato.

Para honrar com os compromissos de curto prazo, sendo o principal deles o pagamento da outorga, a Companhia contou com aportes de seus quatro acionistas, totalizando R\$ 2,4 bilhões. A Companhia também realizou a sua primeira emissão de debêntures, no montante de R\$ 3,2 bilhões e com vencimento em novembro de 2023. Buscaremos fontes diversificadas de financiamento, além da nossa própria geração de caixa e de aportes, para executar os investimentos previstos para os próximos anos e que têm como objetivo resolver a deficiência em saneamento nas regiões onde operaremos.

Iniciamos as operações assistidas em agosto, quando assinamos o contrato de concessão, e estamos acompanhando de perto o dia a dia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

das operações, para alinhar o nosso planejamento estratégico e mapear oportunidades de melhoria nos serviços saneamento para a população carioca e fluminense. Após o fim das operações assistidas, passaremos a ser responsáveis pelos serviços de água e esgoto na nossa área de concessão, sendo que para a região metropolitana do Rio de Janeiro a Cedae ainda continuará responsável pela captação e pelo tratamento da água que iremos fornecer.

Antes mesmo do início das operações implantamos o COI,

Centro de Operações Integradas, que reúne alta tecnologia, centenas de sensores de pressão da água e outros equipamentos e softwares trabalhando conectados para aumentar a eficiência operacional, trazendo mais transparência e regularidade nos serviços prestados. Enquanto Embaixadores da Saúde que somos, temos o compromisso de cuidar das pessoas e de levar saúde e dignidade para a população que atendemos, contribuindo de forma importante para resolver o grave déficit em saneamento no nosso país.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros

Destaques Financeiros ('000)	31/07/2021
Receita operacional líquida	-
Despesas operacionais	(2.711)
EBITDA	(2.711)
Margem EBITDA	-
Resultado Financeiro	313
Resultado Líquido	(1.582)

Receita Líquida

Em 31 de julho de 2021, data-base das Demonstrações Financeiras, a Companhia encontrava-se em fase de pré-operacional, acompanhando as operações junto à Cedae. Portanto, não há, para este período, qualquer receita operacional para ser reportada, como indicado na tabela de Destaques acima.

Economias

Por se encontrar em fase pré-operacional, como mencionado acima, a Companhia na data-base de 31 de julho de 2021 também não possuía Economias faturadas. Economias ou unidades de consumo podem ser denominadas como imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Por exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Volume faturado

Em 31 de julho de 2021 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, ou seja, ainda não havia emitido faturamento.

Custos e Despesas

Em 31 de julho de 2021, a Companhia havia registrado despesas pré-operacionais no montante de R\$ 2,7 milhões relacionadas às despesas iniciais com pessoal, serviços de terceiros, locação, viagens, estadias e outras despesas gerais e administrativas.

Despesas ('000)	31/07/2021
Despesas administrativas e gerais	(2.711)
Total	(2.711)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

Por ainda não ter aferido receita operacional, o EBITDA da Companhia para o período analisado é negativo em R\$ 2,7 milhões. Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

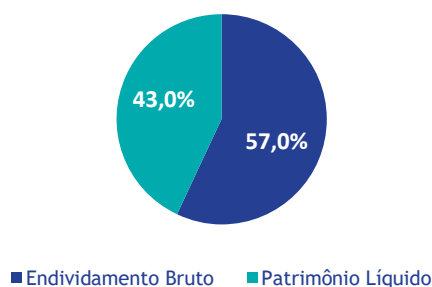
EBITDA ('000)	31/07/2021
Lucro Líquido	(1.582)
(+) Resultado Financeiro	(313)
(+) Imposto sobre Lucro	(816)
(+) Depreciação e Amortização	0
EBITDA	(2.711)

Endividamento

A dívida bruta da Companhia, em 31 de julho de 2021, foi de R\$ 3,2 bilhões, correspondendo à sua primeira emissão de debêntures e que tem como objetivo contribuir para as despesas de curto prazo da Companhia, incluindo o pagamento da outorga ao poder concedente. No mesmo período, a Companhia recebeu aportes de seus acionistas no montante de R\$ 2,4 bilhões, o que, somado à captação ocorrida no período, totalizam os R\$ 5,5 bilhões em Caixa e Disponibilidades (Aplicações).

Endividamento ('000)	31/07/2021
Dívida Líquida	(2.377.724)
(+) Dívida Bruta	3.168.091
(-) Caixa e Disponibilidades	(5.545.815)

A primeira emissão de debêntures da Companhia possui vencimento em novembro de 2023, com amortização única e integral coincidente com o vencimento. Os juros terão pagamentos trimestrais e serão remunerados a 100% da variação do DI + spread de 3,5% a.a.

Estrutura de Capital

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ANEXOS

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial (valores R\$ milhares)

31/07/2021	
ATIVO CIRCULANTE	5.569.201
Caixa e equivalentes de caixa	149.552
Aplicações financeiras	5.396.263
Outros créditos	23.386
ATIVO NAO CIRCULANTE	47.394
Ativo fiscal diferido	816
Outros créditos	46.578
TOTAL ATIVO	5.616.595
PASSIVO CIRCULANTE	57.543
Fornecedores e empreiteiros	57.529
Obrigações fiscais	14
PASSIVO NAO CIRCULANTE	3.168.091
Debêntures	3.168.091
PATRIMONIO LIQUIDO	2.390.961
Capital social	2.392.543
Prejuízos acumulados	(1582)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	5.616.595

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Resultado (valores R\$ milhares)**

31/07/2021	
Receita bruta	0
Receita operacional líquida	0
Custos dos serviços prestados	0
Despesas Operacionais	(2.711)
Despesas administrativas e gerais	(2.711)
Resultado operacional	(2.711)
Resultado financeiro	313
Receitas Financeiras	328
Despesas Financeiras	(15)
Imposto de renda e contribuição social	816
Prejuízo do período	(1.582)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Fluxo de Caixa (valores R\$ milhares)**

	31/07/2021
Lucro antes dos impostos	(2.398)
Ajustes para:	(328)
Rendimentos de aplicações financeiras	(328)
Variações nos ativos e passivos	(12.421)
(Aumento) / Diminuição dos ativos	(69.964)
Outros créditos	(69.964)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	57.543
Fornecedores e empreiteiros	57.529
Obrigações fiscais	14
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	(15.147)
Aplicações financeiras, líquidas	(5.395.935)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5.395.935)
Debêntures captadas	3.200.000
Custo de emissão de debêntures	(31909)
Aumento de capital social	2.392.543
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.560.634
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	149.552
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	0
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	149.552
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	149.552

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relações com Investidores

ri@aegea.com.br

+55 11 3818-8150

<https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-do-rio/>

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A SPE Saneamento RIO 1 S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede no Rio de Janeiro - RJ, e têm por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Magé, Maricá e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 1), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 032/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco nº 1 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão. Após assinatura do contrato, iniciará a operação assistida do sistema pelo período de até 180 dias. Em 11 de agosto de 2021, foi assinado o contrato de concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Conforme divulgado na nota 1, a Companhia foi constituída em 26 de maio de 2021, motivo pelo qual não são apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado para o período findo em 31 de julho de 2021.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em xx de novembro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2. Base de preparação--Continuação

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de julho de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 13).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente de ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Desreconhecimento*--Continuação

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS).

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

c) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) --Continuação

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Redução ao valor recuperável (impairment) --Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e) Tributos

(i) *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Tributos--Continuação

Imposto diferido--Continuação

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(i) *Tributos sobre prestação de serviços*

O PIS/PASEP e COFINS do período são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia.

Notas Explicativas**3. Principais políticas contábeis--Continuação****f) Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	31/07/2021
Bancos conta movimento	149.552

O saldo de bancos conta movimento compreende basicamente depósitos bancários disponíveis.

5. Aplicações financeiras

Modalidade	31/07/2021
Operações compromissadas	5.396.263

A rentabilidade média atrelada ao CDI das Operações compromissadas é em média de 80,77% do CDI em 31 de julho de 2021.

As aplicações financeiras da Companhia, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 14 - Instrumentos financeiros.

6. Outros créditos

	31/07/2021
Despesas antecipadas	23.386
Custo de obtenção de contrato (i)	46.578
	69.964
Circulante	23.386
Não Circulante	46.578

(i) O saldo refere-se à custos de obtenção do contrato, que serão alocados no intangível após a assinatura do contrato.

Notas Explicativas

7. Transações com partes relacionadas

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de julho de 2021, relativos às operações com partes relacionadas. As operações efetuadas durante o período são demonstradas no quadro a seguir:

	31/07/2021
Ativo circulante	
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 5)	
Itaú Unibanco Holding S.A. (b)	<u>5.396.263</u>
Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	14.125
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Águas e Esgoto (a)	<u>123</u>
	<u>14.248</u>
Passivo não circulante	
Debêntures (nota explicativa nº 9)	
Itaú Unibanco Holding S.A. (c)	<u>678.546</u>
Resultado do período	
Receitas financeiras (nota explicativa nº 12)	
Itaú Unibanco Holding S.A. (d)	<u>328</u>

- a) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.
b) Refere-se ao saldo de aplicações financeiras.
c) Refere-se ao saldo de debêntures.
d) Refere-se aos ganhos com aplicações financeiras, conforme item (b).

8. Fornecedores e empreiteiros

	31/07/2021
Fornecedores de materiais e serviços	43.281
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	<u>14.248</u>
	<u>57.529</u>

9. Debêntures

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final dos contratos</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor captado</u>	<u>31/07/2021</u>
Debêntures	CDI +3,5% a.a	novembro/2023	4.400.000	3.200.000	<u>3.168.091</u>
Circulante					-
Não circulante					3.168.091

Notas Explicativas**9. Debêntures--Continuação**Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	31/07/2021
2022	-
2023	3.200.000
	<u>3.200.000</u>
Custo de captação (não circulante)	(31.909)
Total	<u><u>3.168.091</u></u>
Movimentação das dívidas	31/07/2021
Saldo inicial	-
Captação	3.200.000
(-) Custo de captação do período	(31.909)
Saldo final	<u><u>3.168.091</u></u>

O saldo do custo de captação em 31 de julho de 2021 totaliza o montante de R\$ 31.909, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 30 de julho de 2021, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 4.400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie com garantia real, com valor nominal total de R\$ 4.400.000, sendo R\$ 3.200.000 na 1ª série (CDI), já desembolsadas e R\$ 1.200.000 na 2ª série (CDI). As debêntures da 1ª série e da 2ª série serão pagas na sua data de vencimento em 11 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 30 de outubro de 2021. As garantias a tais debêntures são: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, e (ii) cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A.

A Companhia mantém em seus financiamentos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de julho de 2021.

Notas Explicativas**10. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 31 de julho de 2021 o capital social integralizado é de R\$ 2.392.543 e os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

31 de julho de 2021

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	
		Classe A	Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	56.438.395	-	133.166.889
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações			
Multiestratégia Investimento no Exterior	-	159.652.933	-
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			
Investimento no Exterior	-	43.073.783	-
Itaúsa S.A.	-	23.026.865	-
	<u>56.438.395</u>	<u>225.753.581</u>	<u>133.166.889</u>

31 de julho de 2021

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	
		Classe A	Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100%	-	100,00%
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações			
Multiestratégia Investimento no Exterior	-	70,72%	-
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			
Investimento no Exterior	-	19,08%	-
Itaúsa S.A.	-	10,20%	-
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Em 26 de maio de 2021, foram subscritos R\$ 24, mediante emissão de 564 ações ordinárias ao preço de R\$ 4,78 por ação ordinária, 2.258 ações preferenciais classe A ao preço de emissão de R\$ 2,24 por ação preferencial classe A e 1.332 ações preferenciais classe B ao valor de R\$ 12,14, todas as ações são nominativas e sem valor nominal. Do capital social subscrito, R\$ 19 foram integralizados em 24 de maio de 2021, referente a totalidade das ações ordinárias e preferenciais classe B.

Em 19 de julho de 2021, foram subscritos R\$ 2.392.519, mediante emissão de 56.437.831 novas ações ordinárias ao preço de R\$ 4,6930 por ação ordinária, 225.751.323 novas ações preferenciais classe A ao preço de R\$ 2,2387 por ação preferencial classe A e 133.165.557 novas ações preferenciais classe B ao preço de R\$ 12,1824 por ação preferencial classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2021, todas as ações ora subscritas foram totalmente integralizadas.

b) Prejuízos acumulados

É constituído pelo resultado do período de um mês findo em 31 de julho de 2021, o qual será efetuado as devidas destinações no final do exercício.

Notas Explicativas**11. Despesas por natureza**

	31/07/2021
Pessoal	(1.102)
Conservação e manutenção	(25)
Serviços de terceiros	(1.007)
Materiais, equipamentos e veículos	(154)
Viagens e estadias	(271)
Locação	(116)
Outros	(36)
	<u>(2.711)</u>

12. Resultado financeiro

	31/07/2021
Receitas	
Rendimentos de aplicações financeiras	328
Receitas financeiras	<u>328</u>
Despesas	
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(15)
Despesas financeiras	<u>(15)</u>
Resultado financeiro	<u>313</u>

13. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)**a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, no período findo em 31 de julho de 2021, está apresentada como segue:

	31/07/2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.399)
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>816</u>
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	-
Diferido	<u>816</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>816</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>

Notas Explicativas

13. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Resultado</u>	<u>31/07/2021</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	11.665	11.665
Ativo fiscal diferido	-	11.665	11.665
 Custo de captação de debêntures	-	(10.849)	(10.849)
Passivo fiscal diferido	-	(10.849)	(10.849)
Ativo fiscal diferido líquido	-	816	816

14. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

Notas Explicativas

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de aplicações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	31/07/2021
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 4)	149.552
Aplicações financeiras	5.396.263
	<u>5.545.815</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Notas Explicativas**14. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de liquidez--Continuação*

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de julho de 2021:

31/07/2021							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	57.529	57.529	57.529	-	-	-	-
Debêntures	3.200.000	3.964.210	211.180	438.107	3.304.923	-	-
	<u>3.257.529</u>	<u>4.021.739</u>	<u>268.709</u>	<u>438.107</u>	<u>3.304.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/07/2021
Instrumentos de taxa variável	
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	<u>5.396.263</u>
Instrumentos de taxa variável	
<i>Passivos financeiros</i>	
Debêntures	<u>3.200.000</u>

Notas Explicativas**14. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--ContinuaçãoRisco de taxa de juros--Continuação

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 31/07/2021	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	5.396.263	Variação do CDI	4,15%	223.945	279.931	335.918	167.959	111.973
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(3.200.000)	Variação do CDI	4,15%	(132.800)	(166.000)	(199.200)	(99.600)	(66.400)
1 + 2 - Exposição líquida	<u>2.196.263</u>			<u>91.145</u>	<u>113.931</u>	<u>136.718</u>	<u>68.359</u>	<u>45.573</u>

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31/07/2021
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4	149.522	-	149.522
Aplicações financeiras	5	5.396.263	-	5.396.263
Total		<u>5.545.785</u>	<u>-</u>	<u>5.545.785</u>
Passivo				
Fornecedores e empreiteiros	7	-	57.529	57.529
Debêntures	8	-	3.168.091	3.168.091
		<u>-</u>	<u>3.225.620</u>	<u>3.225.620</u>

Notas Explicativas

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas às Operações Compromissadas de liquidez imediata.

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, assim como fornecedores não divergem dos respectivos valores justos em 31 de julho de 2021.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de debêntures em 31 de julho de 2021 é demonstrado abaixo:

	31/07/2021	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Debêntures	3.168.091	3.359.567
	<u>3.168.091</u>	<u>3.359.567</u>

Os valores justos das debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado e a divulgação do valor justo de debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

15. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do resultado diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/07/2021</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	
Prejuízo atribuível aos detentores de ações ordinárias	(1.582)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	10.951
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,14)</u>

Em 31 de julho de 2021, para cálculo do resultado diluído por ação, as 358.920.470 ações preferenciais e seus respectivos efeitos foram excluídas do cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo.

16. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui obrigação do pagamento de outorga fixa devidos ao Estado do Rio de Janeiro, serão pagos em três parcelas, sendo a primeira parcela, no valor R\$ 5.330.000 será paga como condição para assinatura do contrato. A segunda parcela, no valor R\$ 1.230.000 será paga até dois dias úteis após a emissão do Termo de Transferência do sistema e/ou início da operação do sistema pela Companhia, o que ocorrer primeiro. A terceira parcela, no valor de R\$ 1.640.000 será paga até o último dia do terceiro ano de vigência do contrato, contado a partir da emissão do Termo de Transferência do sistema e/ou início da operação do sistema pela concessionária, o que ocorrer primeiro.

17. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Notas Explicativas

18. Eventos subsequentes

Em 11 de agosto de 2021, foi assinado o contrato de concessão 032/2021 com o Estado do Rio de Janeiro da área de concessão relativa ao bloco nº 1. Em virtude da assinatura do contrato, foi realizado o pagamento da primeira parcela de outorga fixa devida ao Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 5.330.000.

Em 02 de setembro de 2021, a Companhia teve sua razão social alterada de SPE Saneamento Rio 1 S.A. para Águas do Rio 1 SPE S.A.

Em 14 de outubro foi divulgado a antecipação da assunção das operações na região de atuação abrangida no escopo do contrato de concessão assinado pela Companhia, iniciando de fato a partir de 01 de novembro de 2021. Será realizando ainda, o pagamento da 2ª parcela da Outorga após a assinatura do Termo de Transferência do sistema.

Em 26 de outubro de 2021, foram subscritos R\$ 540.790, mediante emissão de 44.391.125 novas ações preferenciais classe B, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% à conta de reserva de capital. As novas ações foram subscritas pela acionista Aegea Saneamento e Participações S.A.. Os demais acionistas renunciaram ao direito de preferência em tal subscrição.

Em 28 de outubro de 2021, o aporte ora subscrito foi totalmente integralizado. Na mesma data o capital social integralizado é de R\$ 2.397.951, dividido em 56.438.395 ações ordinárias, 225.753.581 ações preferenciais da classe A e 177.558.014 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em novembro de 2021, a Companhia captou a 2ª série (CDI) da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1.200.000.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
SPE Saneamento RIO 1 S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Saneamento RIO 1 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de julho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de maio a 31 de julho de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de julho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 26 de maio a 31 de julho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 26 de maio a 31 de julho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 01 de novembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores da ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A., sociedade por ações, com sede Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, sala 701, Bairro Saúde, CEP 20220-903, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.310.775/0001-03 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as Declarações Financeiras referentes ao período de 26 de maio à 31 de julho de 2021 nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Rio de Janeiro/RJ, 01 de novembro de 2021.

ALEXANDRE BIANCHINI ANTONIO
DIRETOR PRESIDENTE

LUIZ FELIPE NEGREIROS DE SA
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

LUIZ CARLOS COSTA COUTO
DIRETOR EXECUTIVO

JOSELIO ALVES RAYMUNDO
DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A., sociedade por ações, com sede Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, sala 701, Bairro Saúde, CEP 20220-903, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.310.775/0001-03 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período de 26 de maio à 31 de julho de 2021, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada;

Rio de Janeiro/RJ, 01 de novembro de 2021.

ALEXANDRE BIANCHINI ANTONIO
DIRETOR PRESIDENTE

LUIZ FELIPE NEGREIROS DE SÁ
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

LUIZ CARLOS COSTA COUTO
DIRETOR EXECUTIVO

JOSELIO ALVES RAYMUNDO
DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA